



Reprodução ou transformação: reflexões acerca do tripé ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação

*Reproducing or transforming: Thoughts
on the triad education, research and extension
practices in Information Science*

Este número de Transinformação traz uma série de textos apresentados por ocasião do VI Encontro de Diretores e V Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, organizado pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e realizado em Londrina (Paraná) em outubro de 2002. O encontro tinha por tema a pesquisa nos cursos (de graduação) de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, gerando uma discussão muito atual e fértil sobre os objetivos da formação profissional em sua relação com a pesquisa e a extensão.

O TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão caracteriza a universidade pública ou aquelas que cumprem integralmente sua função social. Para além das diferenças nacionais, legais e institucionais entre faculdades, instituições de ensino ou universidades, todas as instituições que formam profissionais da informação serão doravante denominados “universidades”, embora não ignoremos que haja uma grande diversidade de instituições e que o termo “universidade” aponte para uma instituição plena, mais complexa, na qual, além do ensino, ocorre a preocupação com a pesquisa e a extensão universitária. Gómez Fuentes e Valenzuela tocam na questão quando se referem à transição da universidade de docente para a universidade mais complexa e/ou de pesquisa.

Explicitamente ou implicitamente a diferenciação entre universidades é mencionada por todos os autores, representando o ensino em Biblioteconomia sistematizado pelos representantes da ABECIN e em vários estados brasileiros (Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Distrito Federal, Santa Catarina), no Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina. O tripé é consensualmente pressuposto, por um lado, mas por outro lado é relativizado à medida em que o ensino determina

uma constante (ministrado por todas as universidades) mas sua relação com a pesquisa e a extensão varia muito de acordo com as instituições. Não se trata, portanto, de negar o tripé, mas discutir a distribuição de responsabilidades entre as três atividades-fim e, mais ainda, discutir como estas interagem e se é possível estabelecer uma hierarquia entre as mesmas.

Outro pressuposto onipresente nos textos reunidos diz respeito ao caráter social da universidade e da Biblioteconomia/Ciência da Informação. Tanto a instituição universidade quanto a atuação do profissional da informação são invariavelmente contextualizados em relação à sociedade à qual servem. No que diz respeito às universidades, os autores são unânimes em realçar a função social desta, sua responsabilidade na formação de cidadãos cômnicos, críticos, criativos e sensíveis em relação aos problemas sociais envolvidos no acesso à informação. Notam-se, nos textos, algumas referências às universidades privadas, ou particulares, nas quais a preocupação com o social estaria menos evidenciada mas em momento algum a responsabilidade social da universidade é questionada, quer esta seja mantida pelo poder público ou pelas mensalidades de seus alunos.

A função social do profissional da informação é igualmente incontestada, quando este é apresentado como um mediador entre o cidadão e a informação, um facilitador no acesso à informação, aquele que gerencia a informação para o bem comum visando ao progresso da sociedade e do bem-estar da humanidade. A leitura dos textos faz ressaltar com muita clareza esta consciência a respeito tanto da função social desempenhada pelo profissional da informação, como também sua imersão nesta sociedade à qual serve: seu pertencimento à mesma.

A partir das colocações bastante consensuais dos autores emerge uma questão que deve ser aprofundada em futuros debates, a meu ver, a partir da qual tentaríamos penetrar no significado que a área atribui ao termo “mediador”. Embora indiscutível, a função do mediador tende a adquirir uma aura romântica e quase mágica, à medida em que o profissional é apresentado como aquele que “fica entre”, “é a interface”, “constrói a interface” ou “facilita o acesso à informação por parte do cidadão”. Nesta abordagem, a função da mediação é apresentada como uma conseqüência, insisto, quase mágica, do lugar específico ocupado pelo profissional: é como se, em “estando entre”, o mesmo automaticamente, ou magicamente, exerce sua função mediadora. A simples localização (o “entre”) no processo da transferência de informação fornece, nesta lógica, a garantia suficiente de que o processo de fato se concretize e que a função social do profissional da informação se realize.

Sabemos, no entanto, que a mediação designa um processo muito complexo e que a discussão das dificuldades envolvidas na transferência de informação está sempre muito presente. Ou seja: sabe-se que a processo é muito complexo, mas ao mesmo tempo a função mediadora do profissional da informação não é submetida a um questionamento mais detalhado: a mesma existe, é pressuposta e falta-nos discutir com mais profundidade como a exercemos, quais variáveis estão fora de nossa esfera de ação e quais outras variáveis constituem nosso “locus” particular de atuação profissional.

Indo ainda além, e ousando mais um pouco, não basta “ser mediador”, deve-se enunciar o(s) modo(s) de intervenção na sociedade. “Ser mediador” parece constituir uma nova forma de nos colocarmos um pouco acima, ou fora, dos embates sociais: somos mediadores, por isto merecemos os céus, mas o que fazemos de fato? **Como** mediamos? **O que** mediamos? Com quais conseqüências? Quais resultados? Somente resultados positivos? Não ignoro que muito é feito e que as intenções que nos movem são totalmente sinceras e bem-intencionadas, mas acredito

firmemente que deveríamos aprofundar o debate neste aspecto. Até porque a discussão das dificuldades enfrentadas no processo de transferência da informação sistematicamente as expõe da área, inocentando-nos: a educação fundamental é deficiente (o que é um fato), o cidadão tem pouca consciência de suas necessidades informacionais (outra verdade), o acesso à tecnologia da informação e aos meios de comunicação é socialmente injusto e desigual (outra verdade) e por aí vai: problemas ocorrem mas estes estão sistematicamente localizados fora da área e portanto pouco podemos fazer para melhorar o processo no todo.

De fato, ao situarmos a Ciência da Informação - e uma de suas vertentes profissionais, a Biblioteconomia¹ - no contexto das ciências sociais aplicadas, este contexto social é dado e, conseqüentemente, as imbricações sociais do nosso fazer mediador com outras variáveis sociais também está posto. Tendo em vista que o objeto de estudo da área do conhecimento Ciência da Informação não nos pertence de forma monopolística, pois é compartilhado com as outras áreas do conhecimento, o desafio passa a residir na construção de uma identidade da área a partir dos problemas que a mesma se propõe a resolver, reafirmando desta forma seu estatuto de “ciência aplicada”, “pós-moderna” de acordo com alguns autores. O problema que a área se propõe a resolver é o problema da transferência de informação e quem diz “transferência” enuncia automaticamente a existência de dois pólos entre os quais a transferência se dá, ou deveria se dar: surge então a figura do **mediador**, aquele que está entre os pólos, ou seja, entre a informação estocada e o cidadão ou, por extensão, a sociedade.

A releitura que proponho dos textos que integram este fascículo da Transinformação não discorda dos mesmos, mas expõe uma sensação que pode ser destilada a partir da leitura, suscitada pela ênfase recorrente na afirmação da função social do mediador da informação e no relativo silêncio a respeito dos entraves, erros e acertos envolvidos no exercício desta função.

Relembremos que a construção de uma área do conhecimento deve ser colocado na perspectiva de um “processo”, ou seja, uma ação que, muitas vezes vivenciada como um exercício de tentativas, erros e acertos, se constrói ao se enunciar, através de um constante processo de revisão, análise e re-sistematização de enunciados, ou conceitos.

Não creio que seria possível chegar a propor um maior detalhamento das variáveis envolvidas na função da mediação de informação - e uma clara distribuição entre variáveis “da nossa alçada” e variáveis que dependem de outras áreas do conhecimento - se não tivéssemos enunciado anteriormente nossa condição de mediadores. Proponho, portanto, uma nova etapa na construção da definição epistemológica de nossa área de atuação. O desafio é complexo, e o artigo de Sabelli o exemplifica de forma muito rica através do relato de um projeto de extensão universitária realizado no Uruguai e na fronteira entre o Uruguai e o Brasil. O referido texto relata a implantação de Serviços de Informação à Comunidade (SIC) para cidadãos em condições desfavoráveis, nos quais não somente se deve “alcançar” o acesso à informação, mas “ajudar a superar as incapacidades de uso e apropriação da informação” por parte destes cidadãos. A interface entre a Ciência da Informação, Educação, Psicologia, Sociologia, Ciências Políticas, Lingüística e Comunicação, para citar as áreas mais evidenciadas nesta discussão, ao mesmo tempo em que fica clara, nos recoloca novamente frente à questão da identidade da área, e como, “a partir da área”, ou “a partir do ‘dentro’ da área”, podemos concorrer para melhorar o acesso à informação.

¹ DIAS, E. W. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, M.A. (Org.). *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.87-99.

A extensão universitária

Retornando ao tripé da universidade, qual seja, ensino, pesquisa e extensão, forçoso é constatar que esta última ocupa um papel menor, embora seja reconhecida como essencial para desenvolver no aluno “a sensibilidade social” (Escobar de Morel). A dualidade da extensão universitária, também chamada “projeção social”, segundo o mesmo autor, oscila entre uma extensão que tenha por meta o desenvolvimento da visão social por parte do aluno e que, por outro lado, interfira na sociedade, “projetando-se” sobre os problemas no acesso à informação e tente minorá-los (Sabelli). Assim sendo, a extensão universitária ocupa um papel importante tanto para o aluno como para a sociedade, sua avaliação é indispensável (Escobar de Morel), mas a mesma não se sustenta isoladamente, o que nos leva ao aspecto seguinte da discussão: a dualidade ensino/pesquisa.

A dualidade ensino/pesquisa

Os textos que compõem este número da Transinformação expõem diferentes concepções do processo de ensino quando os mesmos discutem a função exercida pela pesquisa no referido processo. A discussão deve ser segmentada em temáticas complementares mas diferenciadas:

- o que é ensino;
- o que é pesquisa;
- o que deve ser ensinado em relação à pesquisa;
- o que o docente de Biblioteconomia/Ciência da Informação deveria pesquisar.

O objetivo atribuído ao ensino profissional em Biblioteconomia e Ciência da Informação não se restringe à formação de profissionais, afastando-se assim de uma visão efetivamente ultrapassada, segundo a qual, e para simplificar, o ensino “entregava o peixe”. Diante do mundo contemporâneo e globalizado, consensualmente os autores atribuem ao ensino uma missão muito maior do que aquela que pode ser resumida por uma operação de “entrega do peixe”, pois esta formação deve “ensinar a pescar”. Diante da variedade de situações profissionais, usuários, fontes de informação e necessidades de informação, de fato, o profissional é hoje confrontado com um leque ilimitado de situações, que são constantemente alteradas. Torna-se, portanto, imperioso abandonar uma visão segundo a qual determinadas soluções são adequadas e continuarão sendo adequadas para as mais diversas situações profissionais. Dito de outro modo, a formação incorporou, em seus pressupostos, a impossibilidade de preparar o aluno para a diversidade de situações profissionais nas quais o mesmo deverá atuar: torna-se, assim, necessário instrumentá-lo na busca de soluções inovadoras, na adequação de soluções a situações novas e na incorporação crescente das tecnologias de comunicação e informação na elaboração de respostas aos desafios colocados.

O aluno de Biblioteconomia e Ciência da Informação deve, portanto, aprender a sistematizar informações disponíveis de uma nova maneira, incorporando novos pressupostos ou variáveis, ou a gerar um conhecimento inovador. O ensino deve, nessa medida, incorporar conteúdos que ensinem o aluno a pesquisar de modo a instrumentá-lo para responder adequadamente aos desafios - inúmeros e imprevisíveis - colocados pelo exercício profissional. O desequilíbrio, no seio da formação profissional, entre o “saber” e o “fazer” vem sendo reiteradamente apontado como fio condutor nas transformações pelas quais o ensino da área passou ao longo do tempo. Ferreira, resgatando a importante contribuição de César de Castro na reflexão sobre o ensino de Biblioteconomia, identifica no início da atuação

profissional a prevalência do “saber”, referindo-se à época na qual as bibliotecas eram organizadas e gerenciadas por “eruditos”. A “tecnicização” da profissão acarreta várias conseqüências, de acordo com a autora: a abertura de um mercado profissional para a mulher bibliotecária (até então ausente), a conseqüente desvalorização da profissão e a ênfase no “fazer”.

A atuação da ABECIN na organização de variados foros de discussão tem tido por meta a reflexão sobre a dualidade entre o “fazer” e o “saber”, na manifesta intenção de reforçar o ensino do “saber” em detrimento do ensino do “fazer”. Verifica-se assim um novo consenso entre os autores: o aluno de Biblioteconomia/Ciência da Informação deve ser introduzido no universo da pesquisa, razão pela qual é hoje muito valorizado o “Trabalho de Conclusão de Curso” - o TCC. A elaboração do TCC propicia, assim, uma prática de sistematização de conceitos, revisão bibliográfica, verticalização em determinada temática e introdução na elaboração de um texto científico. O TCC vem sendo introduzido no projeto pedagógico de muitos cursos de graduação com o objetivo precípua de suscitar no aluno a prática (e o gosto?) pela pesquisa.

Uma outra modalidade de atividades responde ao mesmo objetivo: a iniciação científica, mas esta não pode ser introduzida no currículo pois é regulada por outras variáveis: docentes-pesquisadores, com disponibilidade para a orientação e a existência de bolsas de iniciação científica (Valentim, Barbalho, Rosemberg e Cunha). Assim sendo, o desenvolvimento da competência em pesquisa permeia toda discussão referente ao ensino de graduação e é hoje considerada indispensável no processo formativo do aluno.

No entanto, o consenso tem alguns pressupostos aos quais a área vem respondendo de formas diversificadas. “Ensinar a pesquisar” não equivale, forçosamente, a introduzir o aluno numa “cultura de pesquisa”: se é possível introduzir no currículo de graduação disciplinas que ensinem a pesquisar, estas somente atingirão seus objetivos caso a instituição propicie uma “cultura de pesquisa”. Caso a “cultura de pesquisa” esteja ausente da instituição, as disciplinas que ensinem a pesquisar serão entendidas pelos alunos como disciplinas totalmente desvinculadas de uma prática acadêmica, cujos créditos são necessários para a integralização do mínimo necessário para a obtenção de um diploma mas cujo sentido, no contexto da formação, não será percebido.

A instalação de uma “cultura de pesquisa” é difícil pois depende de atos formais vez que é condicionada pelas características pessoais dos docentes-pesquisadores. O desafio, neste aspecto, passa a residir na concepção de um projeto pedagógico que reforce a iniciativa investigativa do aluno. Neste sentido, os cursos de graduação que funcionam em paralelo a cursos de pós-graduação têm evidentemente uma facilidade em relação aos demais cursos. Mas como tentei expor em um artigo que também integra este número da Transinformação, a criação de grupos de pesquisa não é determinada por razões formais, mas pressupõe temáticas aglutinadoras ao redor das quais determinados docentes se agregam. Por outro lado, a existência de grupos de pesquisa não implica, *per se*, a ocorrência de uma cultura de pesquisa, pois estes grupos podem ter uma existência mais formal do que real, tendo em vista que as instituições incentivam de forma muito explícita a organização de grupos de pesquisa.

Do que precede deve-se retirar a constatação segundo a qual é imprescindível que o aluno, em seu processo de ensino, seja introduzido no universo da pesquisa, mas que esta afirmação pressupõe a existência de tal universo, conseqüência do nucleamento de docentes-pesquisadores motivados para a pesquisa. Assim sendo, uma estrutura curricular, embora deva evidentemente contemplar a preocupação com a pesquisa, não garante que a mesma seja vivenciada de forma integrada pelo alunato.

A motivação para a pesquisa² é portanto pressuposta mas na prática submetida a diferentes variáveis: além de condições que permitam o florescimento das características individuais devem ocorrer também uma série de condições externas ao docente mas igualmente imprescindíveis: condições adequadas de trabalho (tipo de contrato) e condições infra-estruturais: recursos bibliográficos e tecnológicos, principalmente.

Em supondo as condições reunidas para que o corpo docente exerça, de fato, a pesquisa acadêmica, é possível enunciar uma nova questão: este corpo docente deve pesquisar **sobre o que?** Quais temáticas deveriam ser pesquisadas? Temáticas que levem à construção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação? Esta é a resposta mais freqüente, contra a qual se insurge Souza, quando este afirma que a pesquisa que permita compreender melhor a ação pedagógica também deveria ser contemplada. O autor enuncia uma dualidade de propósitos na pesquisa relacionada à formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação ao opor a pesquisa em Pedagogia à pesquisa cujos conteúdos focariam a área do conhecimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Rodrigues e Guimarães respondem a este posicionamento com outra argumentação, ao caracterizar o ensino como um ensino que deve produzir conhecimento, e não somente transmiti-lo. Se o ensino deve produzir conhecimento, a pesquisa deve integrar o cotidiano de docentes e discentes, processo no qual o conhecimento passa a ocupar o “centro” da ação pedagógica. Embora, obviamente, a pesquisa em Pedagogia não possa ser confundida com a pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a proposta de Rodrigues e Guimarães parece superar a dualidade ao afirmar a complementaridade de ambas no processo formativo do aluno à medida em que a pesquisa é caracterizada como estratégia pedagógica do docente-investigador. Não se afirma, neste caso, que as pesquisas voltadas para aspectos pedagógicos da formação profissional não tenham relevância mas que a mesma não constitui o foco principal da construção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Ao discutir a função da pesquisa no ensino enuncia-se, desta maneira, outra pergunta: qual é, de fato, o objetivo desta pesquisa? Para além da produção do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação, qual é a função desta pesquisa? No processo formativo trata-se do desenvolvimento de uma competência criativa, ou adaptativa, no estudante de graduação: uma competência indispensável na contemporaneidade. Postula-se, assim, a complementaridade entre o “fazer” e o “saber”, ao preconizar um ensino que enfatize o “saber” mas que ao mesmo tempo valorize um “saber” que pode ser transformado em um “fazer”, evitando deste modo a geração de um conhecimento socialmente inútil ou improdutivo. Postula-se, igualmente, a inserção da análise do “fazer” e do “saber” em uma visão histórica (Cavalcante), abandonando uma abordagem a-histórica que contradiz a noção da provisoriedade da ciência.

Retornando ao título proposto para esta introdução, o ensino em Biblioteconomia e Ciência da Informação rejeita uma função reprodutora de saberes constituídos e advoga uma transformação constante destes saberes, através de sua atualização ou reformulação. Ao deslocar o foco da formação da transmissão de “fazeres” para a elaboração de “saberes”, o profissional da informação passa a integrar o universo das pessoas que sabem que o conhecimento (ou a ciência) é mutável e

² Recorro intencionalmente ao termo “motivação” para enfatizar o caráter estritamente individual que o corpo docente deve apresentar e que dificilmente é incentivado, regulado ou avaliado pelas normas institucionais formais justamente por tratar-se de características individuais dos docentes.

que, portanto, o mesmo supõe um constante acompanhamento, uma incessante ação, uma postura ativa e não passiva diante do mesmo (Valentim, Barbalho, Rosemberg e Cunha).

A introdução da pesquisa como estratégia pedagógica do ensino de graduação reverte na formação de profissionais que participam do processo de construção do conhecimento, não apenas como "apoio" (papel este que nunca deixarão de exercer, mas ao qual não podem ser confinados), mas como efetivos partícipes, cidadãos envolvidos na superação das dificuldades no acesso à informação e que se incluem no universo da leitura e da pesquisa. Dito de outro modo, trata-se de afirmar a atuação profissional do bibliotecário de modo muito mais ativo e comprometido com a sociedade, transformando um discurso consensual da área numa prática produtora de informação, libertadora e criadora, imersa numa sociedade cada vez mais complexa e mutável. A inserção do acesso à informação no rol das políticas públicas sociais, como preconizado por Sabelli, traduz esta nova ótica, que somente pode ser alcançada se o ensino incorporar a busca pela mudança através da pesquisa.

O fascículo da Transinformação discute ainda como os docentes-pesquisadores da UFMA divulgam suas pesquisas (Pecegueiro e Jesus), quais temáticas são pesquisadas na Argentina (Liberatore, Coringrato e Amerio) e a produtividade em pesquisa na Universidade Nacional de Córdoba (Bustos Argañaraz, Centeno Sosa e Rapela). Finalmente, são relatadas três pesquisas, duas de caráter metodológico (Cap e Costa) e uma de desenvolvimento tecnológico (Machado e Vidotti).

Concluindo, os textos aqui reunidos afirmam que docentes e alunos de Biblioteconomia e Ciência da Informação envolvidos em pesquisa incorporam a noção do **conhecimento enquanto processo** e, portanto, em constante mudança: nesta acepção os Profissionais da Informação têm uma evidente contribuição a dar na construção de uma Sociedade da Informação mais voltada para a inclusão do que para a exclusão social.

Johanna W. SMIT